



Processo nº : 10675.001632/00-76

Recurso nº : 118.355

Acórdão nº : 202-13.898

Recorrente : ABC INTERMÁQUINAS S/A.

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora – MG

**CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO  
SOCIAL- PIS. RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRAZO  
PRESCRICIONAL.**

O direito de pleitear o reconhecimento de crédito com o conseqüente pedido de restituição/compensação, perante a autoridade administrativa, de tributo pago em virtude de lei que se tenha por inconstitucional, somente nasce com a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta, ou com a suspensão, pelo Senado Federal, da lei declarada inconstitucional, na via indireta. Não havendo análise do pedido anula-se a decisão de primeira instância, devendo outra ser proferida em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição.

**Processo que se anula a partir da decisão de primeira instância, inclusive.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ABC INTERMÁQUINAS S/A.**

**ACORDAM os membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em anular o processo a partir da decisão de primeira instância, inclusive.**

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2002

Henrique Pinheiro Torres  
Presidente

Eduardo da Rocha Schmidt  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Adolfo Montelo, Gustavo Kelly Alencar, Raimar da Silva Aguiar, Ana Neyle Olímpio Holanda e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Iao/mb/mdc



Processo nº : 10675.001632/00-76  
Recurso nº : 118.355  
Acórdão nº : 202-13.898

Recorrente : ABC INTERMÁQUINAS S/A.

## RELATÓRIO

Por bem resumir a controvérsia, adoto o relatório constante da decisão recorrida, lavrado nos seguintes termos:

*"A contribuinte acima identificada requereu à fl. 01, com juntada de documentos de fls. 02/29, a restituição de valores que considera recolhidos indevidamente ou a maior a título de Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, na vigência dos Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88.*

*Por meio do Despacho Decisório DRF/UBE/SASIT nº 10675.071/2001 (fls. 57/59), exarado pela Delegacia da Receita Federal em Uberlândia – MG em 23/04/2001, foi indeferida a solicitação da requerente, tendo em vista o decurso do prazo decadencial previsto no art. 168 da Lei nº 5.172/66 (CTN).*

*Representada procurador constituído pelo instrumento de fl. 73, a interessada manifestou sua inconformidade às fls. 62/72. Alegou em resumo que seu direito à restituição somente decairia em outubro de 2000, haja vista a Resolução do Senado Federal nº 49, de 09/10/95, marco inicial para contagem do prazo de decadência."*

Defrontando as alegações lançadas pela Contribuinte, proferiu o Delegado da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Juiz de Fora (fls. 84/86) decisão indeferindo sua solicitação, a qual recebeu a seguinte ementa:

*"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep*

*Período de apuração: 01/07/1988 a 31/08/1995*

*Ementa: RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos contados da data de extinção do crédito tributário, assim entendido como o pagamento antecipado, nos casos de lançamento por homologação.*

*SOLICITAÇÃO INDEFERIDA".*

Y

35.

2



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

404  
2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10675.001632/00-76  
Recurso nº : 118.355  
Acórdão nº : 202-13.898

Inconformada, interpôs a Contribuinte o Recurso Voluntário de folhas 89 a 96, requerendo, em síntese, o integral provimento de seu pedido inicial.

É o relatório.

315 - //



Processo nº : 10675.001632/00-76  
Recurso nº : 118.355  
Acórdão nº : 202-13.898

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT

Sendo tempestivo o recurso, passo a decidir.

Com efeito, como se sabe, o SENADO FEDERAL, por meio da Resolução nº 49, de 09 de outubro de 1995, publicada na Imprensa Oficial no 10º dia do mesmo mês e ano, suspendeu a eficácia dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, dando assim efeitos *erga-omnes* à anterior decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que os declarou inconstitucionais em face de pretérita Constituição da República. Entendo que somente a partir deste momento – edição da Resolução do SENADO FEDERAL que suspendeu a eficácia dos referidos diplomas legais, conferindo efeitos gerais à anterior decisão do Pretório Excelso –, é que começa a fluir o prazo prescricional para repetir os valores indevidamente recolhidos com base na legislação declarada inconstitucional.

Este é o entendimento exarado através do Parecer COSIT nº 58, de 26.11.98, lavrado nos seguintes termos, *in verbis*:

**"Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário.**

**Ementa: RESOLUÇÃO DO SENADO. EFEITOS.**

*A Resolução do Senado que suspende a eficácia de lei declarada inconstitucional pelo STF tem efeitos ex tunc.*

**TRIBUTO PAGO COM BASE EM LEI DECLARADA INCONSTITUCIONAL. RESTITUIÇÃO. HIPÓTESES.**

*Os delegados e inspetores da Receita Federal estão autorizados a restituir tributo que foi pago com base em lei declarada inconstitucional pelo STF, em ações incidentais, para terceiros não-participantes da ação - como regra geral - apenas após a publicação da Resolução do Senado que suspenda a execução da lei. Excepcionalmente, a autorização pode ocorrer em momento anterior, desde que seja editada lei ou ato específico do Secretário da Receita Federal que estenda os efeitos da declaração de inconstitucionalidade a todos.*

**RESTITUIÇÃO. DECADÊNCIA**

Somente são passíveis de restituição os valores recolhidos indevidamente que não tiverem sido alcançados pelo prazo decadencial de 5 (cinco anos), contado a partir da data do ato que conceda ao contribuinte o efetivo direito de pleitear a restituição.

1125.



Processo nº : 10675.001632/00-76

Recurso nº : 118.355

Acórdão nº : 202-13.898

*Dispositivos Legais: Decreto nº 2.346/1997, art. 1º. Medida Provisória nº 1.699-40/1998, art. § 2º. Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) art. 168.*

(...)

### CONCLUSÃO

32. *Em face do exposto, conclui-se, em resumo que:*

a) as decisões do STF que declararam a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, seja na via direta, seja na via de exceção, têm eficácia ex tunc;

b) os delegados e inspetores da Receita Federal podem autorizar a restituição de tributo cobrado com base em lei declarada inconstitucional pelo STF, desde que a declaração de inconstitucionalidade tenha sido proferida na via direta; ou, se na via indireta:

1. quando ocorrer a suspensão da execução da lei ou do ato normativo pelo Senado; ou

2. quando o Secretário da Receita Federal editar ato específico, no uso da autorização prevista no Decreto nº 2.346/1997, art. 4º; ou ainda

3. nas hipóteses elencadas na MP nº 1.699-40/1998, art. 18;

c) quando da análise dos pedidos de restituição/compensação de tributos cobrados com base em lei declarada inconstitucional pelo STF, deve ser observado o prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto no art. 168 do CTN, seja no caso de controle concentrado (o termo inicial é a data do trânsito em julgado da decisão do STF), seja no do controle difuso (o termo inicial para o contribuinte que foi parte na relação processual é a data do trânsito em julgado da decisão judicial e, para terceiros não-participantes da lide, é a data da publicação da Resolução do Senado ou a data da publicação do ato do Secretário da Receita Federal, a que se refere o Decreto nº 2.346/1997, art. 4º), bem assim nos casos permitidos pela MP nº 1.699-40/1998, onde o termo inicial é a data da publicação;

1. da Resolução do Senado nº 11/1995, para o caso do inciso I;

2. da MP nº 1.110/1995, para os casos dos incisos II a VII;

3. da Resolução do Senado nº 49/1995, para o caso do inciso VIII;

// 515.



Processo nº : 10675.001632/00-76  
Recurso nº : 118.355  
Acórdão nº : 202-13.898

*4. da MP nº 1.490-15/1996, para o caso do inciso IX;*

*d) os valores pagos indevidamente a título de Finsocial pelas empresas vendedoras de mercadorias e mistas - MP nº 1.699-40/1998, art. 18, inciso III - podem ser objeto de pedido de restituição/compensação desde a edição da MP nº 1.110/1995, devendo ser observado o prazo decadencial de 5 (cinco anos);*

*e) os pedidos de restituição/compensação do PIS recolhido a maior com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/1988 e 2.449/1988, fundamentados em decisão judicial específica, devem ser feitos dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contando da data de publicação da Resolução do Senado nº 49/1995;*

*f) na hipótese da IN SRF nº 21/1997, art. 17, § 1º, com as alterações da IN SRF nº 73/1997, não há que se falar em prazo decadencial ou prescricional, tendo em vista tratar-se de decisão já transitada em julgado, constituindo, apenas, uma prerrogativa do contribuinte, com vistas ao recebimento, em prazo mais ágil, de valor a que já tem direito (a desistência se dá na fase de execução do título judicial)."*

Este foi, também, o entendimento que afinal prevaleceu na Câmara Superior de Recursos Fiscais, como se vê da ementa a seguir transcrita:

**"DECADÊNCIA – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO – TERMO INICIAL – Em caso de conflito quanto à constitucionalidade da exação tributária, o termo inicial para contagem do prazo decadencial do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente inicia-se:**

- a) *da publicação do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em ADIN;*
- b) *da Resolução do Senado que confere efeito erga omnes à decisão proferida inter partes em processo que reconhece constitucionalidade de tributo;*
- c) *da publicação de ato administrativo que reconhece caráter indevido de exação tributária." (Acórdão CSRF/01-03.239, de 19/03/2001)*

Por todo o exposto, considerando que o pleito da Contribuinte foi formulado em 29 de setembro de 2000, antes, portanto, de completados 05 (cinco) anos da edição da Resolução nº 49, de 9 de outubro de 1995, entendo que o mesmo não se encontra fulminado pela prescrição, razão pela qual afasto a prejudicial de prescrição e anulo o processo a partir da



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

408  
2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10675.001632/00-76

Recurso nº : 118.355

Acórdão nº : 202-13.898

decisão recorrida, inclusive, para que nova decisão seja proferida, desta feita examinando o mérito do pedido inicial.

É como voto.

Sala das Sessões, em 18 junho de 2001 //

*Eduardo Schmidt*  
EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT